



Diário Oficial  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA-ESTADO-DA-PARAIBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 Nº

A T O S   D O   P O D E R   E X E C U T I V O

LEI Nº 213/98, de 24 de setembro de 1998

Estabelece as diretrizes para elaboração  
do Orçamento Municipal do exercício fi  
nanceiro de 1.999.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE ALHANDRA  
ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas  
por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a  
seguinte lei.

CAPITULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - São diretrizes orçamentárias gerais às  
instruções que se observarão a seguir, para elaboração do Orçamento'  
do Município para o exercício financeiro de 1.999.

SEÇÃO I

DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 2º - Compõem-se as receita municipais de:

- I - Tributos próprios diretos;
- II - Provenientes de atividades econômicas;
- III - Transferências constitucionais ou de convênios
- IV - Empréstimos e financiamentos;

Art. 3º - Para estimativa da receita serão conside  
rados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço re  
munerado, as alterações da legislação tributária.



Diário Oficial  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA-ESTADO-DA-PARAIBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 Nº

Cont...

instituições públicas ou privadas, na forma conveniada.

SEÇÃO - II

DOS GATOS MUNICIPAIS

Art. 5º - Os gatos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 6º - Para fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, a carga de trabalho, a receita do serviço quando este for remunerados e projetados os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo governo municipal.

SEÇÃO - III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - Serão executadas como prioridades as seguintes ações, para o exercício de 1.999:

I - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

a) - Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura, em conclusão de uma área de 240 m<sup>2</sup>;

II- AGRICULTURA

a) - Proporcionar assistência a 250 agricultores e meeiros do município a fim de aumentar a produção agrícola;

III-EDUCAÇÃO E CULTURA

a) - Capacitação de 190 professores do ensino fundamental;

b) - Distribuição de merenda escolar para 4.200 alunos do ensino;





Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA-ESTADO-DA-PARAIBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 Nº

Cont...

- d) - Aquisição de 01 veículo utilitário para os trabalhos do ensino fundamental;
- e) - Construção de 01 Unidade Escolar de 200 m<sup>2</sup>, no povoado de Mata Redonda;

IV - URBANISMO

- a) - Abertura de Ruas e Avenidas na Sede do Município, com extensão de 8.000 m<sup>2</sup>;
- b) - Eletrificação rural e urbana com extensão de 5 kms, para melhorar as condições de vida social e econômica da população;

V - ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) - Prestar assistência a 4.800 pessoas pobres do município;
- b) - Construção de uma área de 220 m<sup>2</sup> de um Clube Social na sede do município, para realização de eventos e promoções sociais;

VI - TRANSPORTE

- a) - Pavimentação de 4.000 m<sup>2</sup> de ruas e avenidas na sede do município, para facilitar o acesso de pessoas e veículos;

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 8º - O Orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios, de modo a expressar as políticas e programas do governo.

Parágrafo Único - Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais de acordo com a legislação.



Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA-ESTADO-DA-PARAIBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1.998 Nº

Cont...

em Reserva de Contingência, destinada a reforçar dotações orçamentárias.

Art. 10º - Na programação orçamentária o detalhamento da despesa será feito por unidade orçamentária, função, programa, subprograma, projeto/atividade com os respectivos elementos de despesa.

Art. 11º - O município não poderá programar no orçamento nem despesar no exercício de 1.999:

I - Valor superior ao limite de 60%(sessenta por cento) das receitas correntes com pessoal e encargos;

II- Valor inferior ao limite de 25%(vinte e cinco por cento) da receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, distribuídos em separado os recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, nos termos da legislação específica

Art. 12º - É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e atividades de natureza continuada, que prestem serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

Parágrafo Único - A criação de subvenções sociais deverá ser feita através de lei específica, para cada caso, observando-se as possibilidades financeiras da Prefeitura e com base nos serviços efetivamente prestados pela entidade beneficiante.

CAPÍTULO III

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 13º - O Poder Executivo poderá realizar no exercício

A





Diário Oficial  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**  
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA-ESTADO-DA-PARAIBA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1.99 Nº

Cont....

CAPÍTULO IV  
DA POLITICA DE PESSOAL

Art. 14º - O Poder Executivo poderá realizar no exercício de 1.999 o seguinte:

- I - Elaboração de Concurso Público para preenchimento de vagas na administração municipal;
- II - Reajustamento salarial na medida dos recursos financeiros da Prefeitura;

CAPÍTULO - V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º - Fica à cargo da Contadoria da Prefeitura a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Parágrafo Único - Para o cumprimento das atividades de elaboração dos planos deverão ser realizadas reuniões com o Prefeito e o Secretariado para discutir as ações que serão implementadas.

Art. 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, são revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Alhandra, em 24 de setembro de 1.998.

  
( Atalides Mendes Pedrosa )

( Prefeito )